



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

IMAGINÁRIOS HIDROSSOCIAIS NA BACIA DO RIO SANTA LUCÍA - URUGUAI¹

Natalia Dias Tadeu¹; Micaela Trimble²

¹Programa de Investigación en Desarrollo Sostenible – Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UDELAR), natalia.dias@cienciassociales.edu.uy

²Unidad de Ciencia y Desarrollo – Facultad de Ciencias de la Universidad de la República (UDELAR), mtrimble@fcien.edu.uy

GT 03 – Água, Emergência Climática, Território e Governança

RESUMO

A Bacia do Rio Santa Lucía, estratégica por abastecer a Região Metropolitana de Montevideú, enfrenta crescente degradação da água em função das atividades que ocorrem em seu território. Em 2020, no contexto de uma mudança de governo, um consórcio de empresas privadas propôs um projeto hidráulico (*Projeto Neptuno*) para buscar água fora da bacia, no Rio da Prata, para abastecer parte da metrópole. Este trabalho teve como objetivos: (i) mapear e analisar as interações e articulações multiníveis entre os diferentes atores que estiveram envolvidos; e (ii) identificar e compreender como os diferentes atores envolvidos entendem o problema hídrico e promovem suas propostas de solução, por meio da transformação do território hidrossocial. Dados de entrevistas, observação e documentos revelaram coalizões a favor e contra a participação privada na provisão de serviços de água e esgotamento sanitário. As perspectivas opostas refletem interesses divergentes e disputas de poder, reativando a coalizão histórica contrária à privatização, que levou o debate ao nível nacional resgatando as discussões que levaram à Reforma Constitucional de 2004.

Palavras-chave: Coalizões políticas multiníveis, privatização de serviços de abastecimento de água, conflitos hídricos, governança da água

¹ Esta pesquisa foi realizada com o apoio de financiamento do Programa “Proyectos I+D” da Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC - Udelar), Fundo María Viñas da Agência Nacional de Pesquisa e Inovação (FMV - ANII, código FMV_1_2019_1_155502, Projeto GobHidro) e a primeira autora recebeu uma bolsa de pós-doutorado da Comissão Acadêmica de Pós-Graduação da Universidad de la República.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Destaques (highlights)

- Conflito hídrico reativa coalizão histórica contra privatização.
- Estratégias escalares de base são usadas para ampliar participação social.
- Projeto Neptuno concentra decisões em atores privados e governamentais.
- Mobilização social eleva debate à agenda nacional com ampla articulação multinível.

1. INTRODUÇÃO

A governança da água na América Latina tem evoluído desde modelos centralizados para descentralizados e participativos, movimento também observado no Uruguai após a reforma constitucional de 2004. O artigo 47 transferiu ao Estado a exclusividade dos serviços de água e esgotamento sanitário e garantiu a participação social em todas as etapas planejamento, gestão e controle dos recursos hídricos. A empresa Obras Sanitarias del Estado (OSE) é responsável por abastecer com água potável todo o país, assim como por prestar os serviços de esgotamento sanitário. A Política Nacional de Águas (Lei nº 18.610/2009) regulamentou essa participação por meio de espaços consultivos e assessores com governo, usuários e sociedade civil, como Conselhos Regionais de Recursos Hídricos e Comissões de Bacias (Trimble et al., 2021; Lázaro et al., 2021; Dias Tadeu et al., 2023).

Em 2011, foi criado o Conselho Regional de Recursos Hídricos para a Bacia do Rio da Prata e sua Frente Marítima (CRRPFM), que abrange a área da Bacia do Rio Santa Lucía (BRSL). Por outro lado, a Comissão da Bacia do Rio Santa Lucía (CBRSL) foi formada no ano de 2013, a partir do episódio de mau cheiro e sabor na água distribuída pela OSE (Trimble et al., 2021). Durante os últimos períodos de governo, diferentes projetos e dinâmicas foram priorizadas e implementadas na gestão da água da bacia. Entre 2013 e 2019, esteve em discussão e implementação, entre outras medidas, o “Plano de Ação para a proteção da qualidade ambiental e da disponibilidade das fontes de água potável na bacia do rio Santa Lucía” (de agora em diante, Plano de Ação). Em 2020 ocorreu uma mudança de governo nacional que marcou significativamente a direção das medidas priorizada, em função da mudança do partido político eleito. Tendo em vista o atual conflito envolvendo diferentes perspectivas sobre qual é o problema hídrico, implicando em transformações dos territórios hidrossociais, esta pesquisa se propôs a contribuir com a compreensão de: Como diferentes atores, com interesses e imaginários hidrossociais divergentes, articulam e disputam propostas para a gestão da água na



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Bacia do Rio Santa Lucía, e de que forma essas disputas influenciam a transformação do território hidrossocial entre 2019 e 2023?

Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a disputa entre diferentes imaginários e projetos hidrossociais na BRSL, entre 2019 e 2023. Para isso, propôs-se: (i) mapear e analisar as interações e articulações multiníveis entre os diferentes atores que estiveram envolvidos em torno ao Plano de Ação e ao *Projeto Neptuno*; (ii) identificar e compreender como os diferentes atores envolvidos entendem o problema hídrico e promovem suas propostas de solução, por meio da transformação do território hidrossocial.

A abordagem hidrossocial implica considerar as diferentes dimensões da água (material, política, econômica, territorial, etc.). Também envolve a análise do objeto a partir de uma perspectiva crítica, para ampliar a compreensão das relações entre natureza, sociedade, água e tecnologias. Para isso, foram utilizados e combinados enfoques provenientes de diferentes campos interdisciplinares, para ampliar o alcance analítico necessário para abordar este objeto de estudo.

A pesquisa fundamenta-se no conceito de Território Hidrossocial (TH), que permite compreender a conformação e diversidade territorial em seu contexto espacial e temporal, caracterizando uma multiplicidade de atores e agentes com interesses divergentes e projetos hidrossociais distintos (Hommes et al., 2016; Hoogesteger et al., 2016). Para aprofundar a análise das redes, alianças e disputas nos TH, foi empregado o marco das Coalizões Políticas Multiníveis (CM). Essa abordagem parte de aspectos conceituais do modelo de análise de políticas públicas conhecido como Modelo de Coalizões Promotoras ou “*Advocacy Coalition Framework*”, combinados com elementos do desenvolvimento conceitual da governança multinível (Poupeau et al., 2018).

1.1. Caso Estudado – Bacia Hidrográfica do Rio Santa Lucía (Uruguai)

A BRSL (Figura 1) é a terceira maior bacia em extensão no Uruguai e atende aproximadamente 60% da população do país (Achkar et al., 2012). Nos últimos 20 anos, no Uruguai e especialmente nessa bacia, observou-se um grande crescimento do setor produtivo agropecuário. Ademais, enfrenta problemas crescentes, especialmente de degradação da qualidade da água (Aubriot et al., 2017).

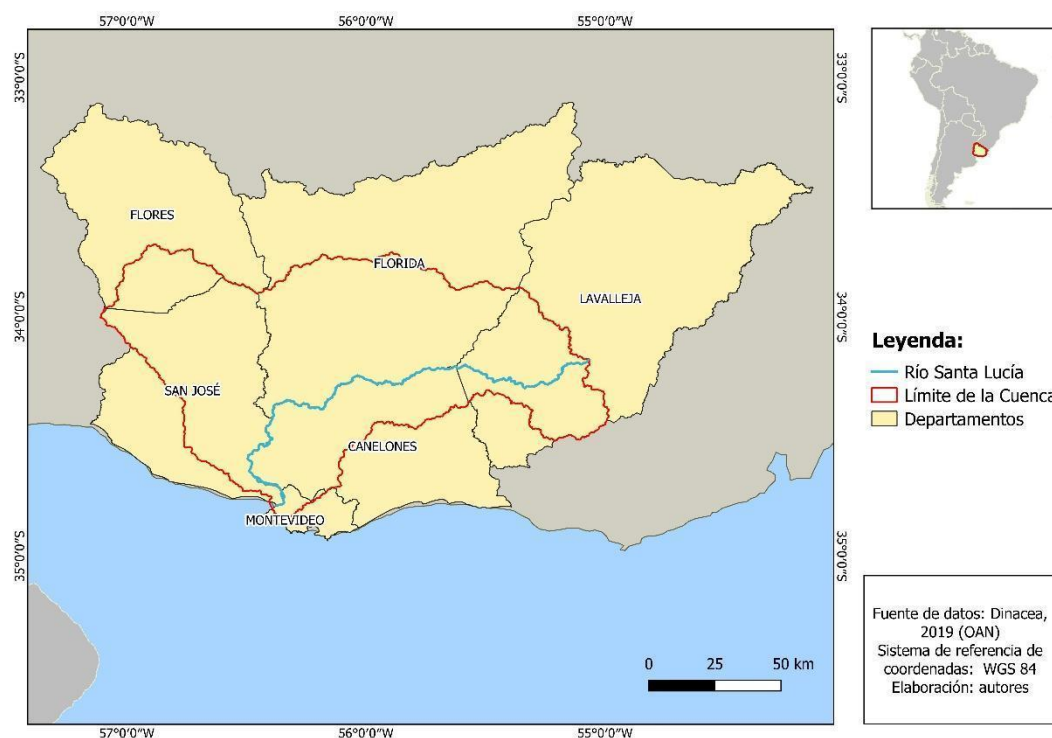


Figura 1 – Localização da bacia do Rio Santa Lucía. Fonte: Elaboração própria.

Desde a década de 1970, a preocupação com as fontes de água que abastecem a Região Metropolitana de Montevidéu (RMM) está presente em diferentes relatórios de organismos internacionais, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para citar alguns. Nos anos 2000, começa a crescer a preocupação com as ameaças à qualidade da água da bacia do rio Santa Lucía, entendidas como uma ameaça à segurança hídrica da região. Em 2011, como resultado de um convênio entre a Direção Nacional de Meio Ambiente (DINAMA) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), foram apresentados os resultados de um diagnóstico da bacia, no qual se indicava que a água do rio Santa Lucía era afetada pela contaminação por nutrientes oriundos da produção agropecuária, assim como pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos (Deci Agua, 2016).

Em 2013, ocorreu um episódio de deterioração da qualidade da água potável na Região Metropolitana de Montevidéu, amplamente divulgado pela imprensa. Em resposta, o Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA) apresentou, neste mesmo ano, o Plano de Ação com um primeiro conjunto de medidas direcionadas às diversas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

atividades desenvolvidas na bacia, especialmente àquelas relacionadas à agricultura. No final de 2019, foi aprovado um segundo conjunto de medidas, elaborado a partir da avaliação e revisão do plano inicial.

Com relação à ampliação do sistema de abastecimento, entre 2013 e 2019, o governo nacional priorizou outras obras hidráulicas como a construção de uma barragem no Arroio Casupá (que pertence à bacia), a ampliação da Usina de Tratamento de Águas Corrientes (Departamento de Canelones), além da implementação de medidas do Plano de Ação relacionadas à água potável e esgotamento sanitário.

Em 2020, no contexto de uma mudança política no governo nacional, um consórcio de empresas privadas propôs um projeto hidráulico (*Projeto Neptuno ou Arazatí*) que envolve a construção de uma estação de tratamento de água a partir da água do estuário do Rio da Prata (em Arazatí, no Departamento de San José, fora da bacia) e uma adutora de aproximadamente 80 km de extensão para realizar uma transposição de água para atender à uma parte população metropolitana.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou o estudo de caso único, combinando métodos qualitativos e quantitativos baseados no conceito de Território Hidrossocial (TH), nas Coalizões Multiníveis (CM) e na análise de redes, para compreender disputas e alianças entre atores com interesses divergentes na BRSL. Para maior robustez, triangulou-se dados de entrevistas semiestruturadas com 44 atores (de organizações sociais, academia, instituições governamentais, empresa pública de água e organizações de produtores), observação participante em instâncias de governança entre 2020 e 2023, e análise documental (notícias, atas públicas, eventos públicos e estudos prévios).

A análise dos imaginários hidrossociais considerou os principais projetos e suas implicações escalares, usando o método de “política escalar” e “política escalar de base” (Hoogesteger et al., 2017). As relações entre atores foram analisadas com o software NodeXL, que possibilitou a construção de sociogramas (55 atores e 227 vínculos), análise de centralidades dos nós e densidade da rede, contribuindo para a compreensão das relações entre os atores e das coalizões políticas multiníveis (Poupeau et al., 2018). A partir do conceito de “sistema de crenças” (Sabatier e Weible, 2007), investigaram-se valores e posicionamentos compartilhados entre



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

atores, com apoio de análise de clusters por meio do método *k-means* através do software Orange.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1. Privatização da água no Uruguai: histórico de tensões e resistências

Os conflitos em torno da privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário no Uruguai antecedem o *Projeto Neptuno*. Entre 1985 e 2004, governos liderados por partidos de direita promoveram diversas medidas de privatização (Gonzalez Candia e Zapata Schaffeld, 2015). No final dos anos 1990 e início dos 2000, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estimularam o avanço das concessões privadas e o aumento da participação do setor privado na gestão da água no Uruguai (Taks, 2008).

Como resposta aos conflitos socioambientais gerados pelo modelo de privatização da água, em 2000 foi criada a Comissão em Defesa da Água e do Saneamento da Costa de Oro e Pando, que, junto à ONG REDES-Amigos da Terra e ao sindicato da OSE, impulsionou a formação da Comissão Nacional em Defesa da Água e da Vida (CNDAV) (Santos, 2010). Esta última coordenou a mobilização social que levou ao plebiscito nacional de 2004, no qual cerca de 65% dos eleitores aprovaram uma reforma constitucional garantindo o direito humano à água, a exclusividade estatal na prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário, e a participação social em todas as fases da gestão, planejamento e controle dos recursos hídricos (Taks, 2008; Trimble et al., 2021; Lázaro et al., 2021). A mobilização contou com o apoio de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, unificando esforços em defesa do acesso público à água e da participação cidadã (Taks, 2008).

3.2. Mudança de governo, novos projetos hidrossociais e seus conflitos

Entre 2010 e 2020, os governos nacionais liderados pelo *Frente Amplio* priorizaram, além do Plano de Ação proposto em 2013, projetos hidráulicos dentro da Bacia do Rio Santa Lucía, como a construção da barragem no Arroio Casupá e a ampliação da estação de tratamento em Aguas Corrientes. Após a mudança do governo nacional em 2020, com a eleição da “Coalizão Multicolor” liderada pelo *Partido Nacional*, o projeto hidráulico “Neptuno – Melhoria da Quantidade e Qualidade da Água na Área Metropolitana de Montevideú” ganhou impulso. O programa de governo, antes de ser eleito, já indicava preocupação com as fontes de água potável da BRSL, embora inicialmente não mencionasse a participação do setor privado em iniciativas de transposição de bacias (Dias Tadeu et al., 2023).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Os principais defensores do projeto incluíram membros do Ministério do Ambiente, da Presidência do Uruguai, da OSE, da Direção Nacional de Águas (DINAGUA), além de legisladores alinhados ao governo e o consórcio “Águas de Montevideo”. Em contexto de seca meteorológica intensa entre 2020 e 2022 (INUMET, 2023), a defesa do projeto baseou-se na necessidade de diversificar as fontes de abastecimento da Metrópole, que depende majoritariamente de uma única estação de tratamento de água do rio Santa Lucía (Dias Tadeu et al., 2023).

Em contrapartida, diversos atores sociais, acadêmicos e governamentais opositores — muitos dos quais, apoiadores da reforma constitucional de 2004 — questionaram o projeto por motivos como riscos à qualidade da água devido a florações de algas e aumento da salinidade, alto custo e possível aumento tarifário, endividamento da OSE, ausência de alternativas, desmobilização das ações de gestão existentes, foco na busca de água fora da bacia ao invés de priorizar a recuperação e manutenção da qualidade e quantidade de água da bacia, falta de participação social e inclusão do setor privado na gestão dos serviços. Vários atores defendiam medidas presentes no Plano de Ação, inclusive voltando a resgatar seus posicionamentos críticos com relação à algumas delas.

3.3. Transformações hidrossociais em torno aos projetos

Ao adotar a escala como nível socioespacial de análise, foi possível identificar a sobreposição entre diferentes projetos de territorialização. O *Projeto Neptuno* implicaria a expansão do território e de suas relações hidrossociais, ao ampliar a área da BRSL para o abastecimento da Metrópole de Montevideú. O projeto concentrou grande parte das informações e do poder de decisão em atores do governo nacional articulados com o consórcio privado, enquanto governos departamentais (níveis de governos subnacionais) aparentemente não foram consultados nem tiveram amplo acesso às informações. O que se observa em torno ao conflito do *Projeto Neptuno* pode ser conceituado como uma disputa entre diferentes imaginários hidrossociais, que promove alterações na hierarquia organizacional e no poder decisório entre atores locais, departamentais e nacionais, provenientes de distintos setores — mas sem que as decisões passem pelos espaços participativos formais.

Com base nas noções de “política escalar” e “política escalar de base” (Hoogesteger et al., 2017), identificaram-se articulações entre atores locais e nacionais que atuam na Comissão da Bacia e no Conselho Regional do Rio da Prata. Essa rede multiescalar coordenou protestos,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

sessões legislativas e ampliou a visibilidade do tema na mídia, além de fortalecer parcerias entre organizações sociais, acadêmicos, sindicatos e partidos, muitos ligados à reforma constitucional. A ampla articulação contrária a este projeto hidráulico, envolvendo atores de diferentes níveis (local, departamental, nacional) e setores (acadêmico, político, administrativo, social), possibilitou um “salto de escala”, inserindo o debate na agenda pública.

Por outra parte, uma estratégia escalar implementada pelo Ministério do Ambiente (*top-down*) consistiu em não incluir o tema na agenda das instâncias participativas existentes (Comissão da BRSL e conselho regional) até a proposta estar em estado avançado e prestes a ser licitada. Neste momento, propuseram a formação de um Grupo de Trabalho (não vinculado a nenhum âmbito formal de governança) para discussão, mas o grupo não foi formado devido às críticas. Sob forte pressão, realizou então três sessões conjuntas de comissão de bacia e conselho regional, com pautas restritas e definidas pelo Ministério, focadas no projeto, sem espaço para discutir alternativas, durante as quais o governo enfrentou críticas ao projeto e ao processo de sua elaboração.

3.4. Articulações entre atores multiníveis

Entre os valores que nucleiam os atores e contribuem para uma maior compreensão do conflito se refere a problematização da questão hídrica. Por um lado, um grupo de atores entende que existe um problema relacionado à gestão, controle, planejamento das atividades realizadas na bacia que afetam a qualidade e quantidade de água e, acima de tudo, ao modelo de participação que não implica em maior incidência sobre a tomada de decisão.

Por outro lado, existem grupos que entendem o problema desde a perspectiva de que existe uma ausência de redundância do sistema de abastecimento, resultando em uma insegurança hídrica, por depender exclusivamente da água de uma única bacia hidrográfica e de um único sistema de tratamento de distribuição.

A partir da análise de redes foi possível visualizar como se articularam estes atores e como se posicionaram durante as discussões do Plano de Ação para a bacia e frente ao *Projeto Neptuno* (Figura 2).

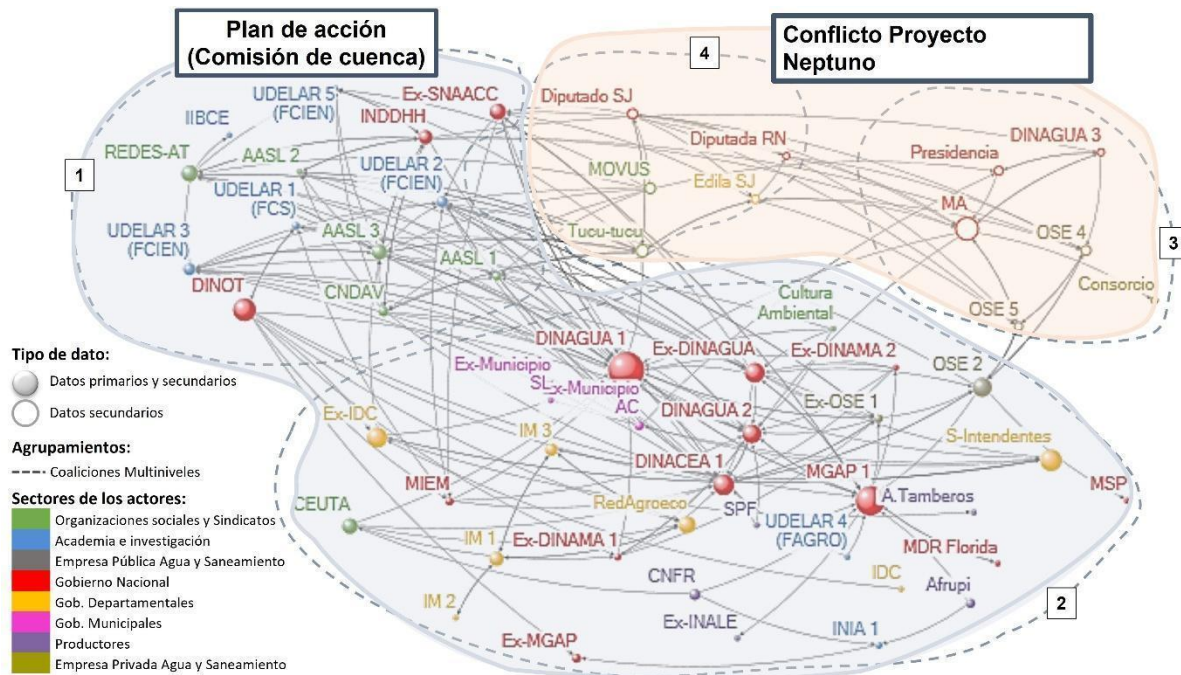


Figura 2 – Relações entre atores envolvidos no conflito da BRSL. O tamanho dos nós indica a centralidade de intermediação dos atores. Fonte: Elaboração própria.

Se optou por explicitar as relações organizadas em torno a estes dois instrumentos, pois os atores que participaram das discussões sobre o Plano de Ação (proposto em 2013 e revisado em 2019), são os mesmos que participam nos âmbitos formais de governança (comissão de bacia e conselho regional). Os atores classificados na CM 1 se posicionaram contrários ao projeto hidráulico, ainda que também tenham críticas específicas à alguma das medidas do Plano de Ação, no entanto entendem que se trata de um importante instrumento de gestão dos recursos hídricos da bacia. Os atores classificados na CM 2, participaram ativamente da discussão das medidas do plano de ação, com maior nível de acordo com as medidas definidas, mas não se posicionaram publicamente com relação ao *Projeto Neptuno*. Os atores da CM 3 não participavam dos âmbitos formais de governança da bacia e se incorporaram à rede somente após a mudança de governo (são atores da Coalizão Multicolor e setor privado interessado), ao propor e defender o projeto hidráulico em diferentes momentos e espaços de discussão. Os atores da CM 4, de forma similar aos da CM 3, se somaram à rede somente após o conflito em torno ao *Projeto Neptuno*. Estes atores se posicionaram contrários ao projeto e, no passado,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

também fizeram parte da articulação histórica mobilizada em 2004 para promover o plebiscito que levou à reforma constitucional.

Também é possível identificar os diferentes papéis desempenhados por atores centrais da rede mapeada e analisada. Os atores DINAGUA1 (perfil técnico da Direção Nacional de Águas, responsável por coordenar as sessões dos âmbitos formais de governança) e MGAP1 (representante do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca nos âmbitos de governança) se destacaram na análise da centralidade de intermediação. Essa métrica indica o número de vezes que um ator se encontra no caminho mais curto entre outros atores, ajudando a identificar sua capacidade de conectar atores que não estão diretamente ligados, facilitando ou controlando o fluxo de informação que circula na rede, assim como as negociações que podem ocorrer em contextos de conflito. São atores estratégicos, pois sua exclusão ou falta de cooperação implicaria importantes obstáculos para a governança, especialmente em situações de tensão ou disputa. Com relação à centralidade de vetor próprio, se destacaram os atores DINAGUA1 e DINACEA1 (perfil técnico da Direção Nacional de Qualidade e Avaliação Ambiental responsável por coordenar a construção do Plano de Ação). A centralidade de vetor próprio leva em conta não apenas o grau do ator, mas também o grau (importância) dos atores a quem ele está conectado. Como já mencionado, estes três atores mencionados foram ativos na discussão e construção das medidas do Plano de Ação, mas não se posicionaram publicamente com relação ao *Projeto Neptuno*. No entanto, especialmente o ator DINAGUA1 desempenhou importante papel por sua facilitação nos âmbitos formais de governança durante as sessões convocadas para tratar o projeto hidráulico.

Os atores da CM 3, de forma geral, possuem baixa centralidade de grau de entrada e saída, o que indica que possuem poucas relações com os demais atores da rede. Estes atores se vinculam especialmente entre eles, com atores institucionais de nível nacional que ocupam as funções de coordenações dos âmbitos de governança, e com atores que participaram das sessões conjuntas entre comissão de bacia e conselho regional sobre o *Projeto Neptuno*.

Com relação à densidade, métrica global da rede, o valor identificado foi de 0,0764, indicando que se trata de uma rede pouco densa e que existe espaço para fortalecer conexões e melhorar a articulação entre atores. Esta métrica deve ser analisada de forma cuidadosa, uma vez que as relações entre os atores foram mapeadas a partir das entrevistas e dados secundários referentes



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

às articulações e coordenações em torno aos temas analisados. Não refletem, portanto, outros tipos de relações que podem existir entre os atores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes resultados foi possível identificar que o conflito reativou a coalizão histórica de luta contra os processos de privatização que antecederam a reforma constitucional no Uruguai em 2004. Também foi possível identificar as diferentes estratégias escalares utilizadas pelas diferentes coalizões multiníveis. Por um lado, a coalizão defensora do *Projeto Neptuno* empregou estratégias para reduzir a participação social nos âmbitos formais de governança. Por outro lado, a coalizão oposta, realizou um “salto de escala”, levando o tema da escala local para a nacional e colocou no centro do debate público o artigo 47 da Constituição do Uruguai.

A coalizão contrária à privatização revelou-se ampla e diversa, reunindo atores sociais, acadêmicos e políticos com diferentes recursos de poder, como mobilização social, possibilidade de convocar plebiscitos ou referendos, atuação na mídia. Essa articulação, atuou principalmente reivindicando a reafirmação constitucional de participação social em todas as etapas do planejamento, gestão e controle dos recursos hídricos, que voltou ao centro do debate público. Vale, contudo, destacar que também foi possível identificar certo desgaste nos espaços participativos, decorrente de estratégias como a não inclusão de temas relevantes nas agendas das comissões e o uso da participação social apenas de forma consultiva, sem impacto real nas decisões (Dias Tadeu et al., 2023).

REFERÊNCIAS

Achkar, M., Domínguez, A., & Pesce, F. (2012). *Cuenca del Río Santa Lucía – Uruguay: Aportes para la discusión ciudadana*.

Aubriot, L. E., Delbene, L., Haakonsson, S., Somma, A., Hirsch, F., & Bonilla, S. (2017). Evolución de la eutrofización en el Río Santa Lucía: Influencia de la intensificación productiva y perspectivas. *INNOTEC*, (14 jul-dic), 7–16. <https://doi.org/10.26461/14.04>

Deci Agua. (2016). *Documento de trabajo – Deliberación ciudadana sobre el agua*.

Dias Tadeu, N., Trimble, M., Lázaro, M., Venturini, P., & Venegas, M. (2023). Divergent perspectives about water security: Hydrosocial transformations in the metropolitan region of Montevideo (Uruguay). *Frontiers in Sustainable Cities*, 5, Article 1207652. <https://doi.org/10.3389/frsc.2023.1207652>



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

González Candia, J. C., & Zapata Schaffeld, F. (2015). Reformas estructurales y su impacto en las bases de poder del sindicalismo chileno y uruguayo. *Trabajo y Sociedad: Sociología del trabajo, estudios culturales, narrativas sociológicas y literarias*, (24), Santiago del Estero: NB - Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (Caicyt-Conicet).

Hommes, L., Boelens, R., & Maat, H. (2016). Contested hydrosocial territories and disputed water governance: Struggles and competing claims over the Ilisu Dam development in southeastern Turkey. *Geoforum*, 71, 9–20. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.02.015>

Hoogesteger, J., Boelens, R., & Baud, M. (2016). Territorial pluralism: Water users' multi-scalar struggles against state ordering in Ecuador's highland. *Water International*, 41(1), 91–106. <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1130910>

Hoogesteger, J., Tiaguro-Rea, Y., Rap, E., & Hidalgo, J. P. (2017). Scalar politics in sectoral reforms: Negotiating the implementation of water policies in Ecuador (1990–2008). *World Development*, 98, 300–309. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.04.036>

INUMET – Instituto Uruguayo de Meteorología. (2023). *Sequia meteorológica en Uruguay 2020–2023*. <https://www.inumet.gub.uy/sala-de-prensa/noticias/informe-sequia-meteorologica-2020-2023>

Lázaro, M., Trimble, M., & Bortagaray, I. (2021). Plan Nacional de Aguas en Uruguay: Desafíos de la implementación de procesos participativos con actores implicados y público general. *Sociedad y Ambiente*, 24, 1–25. <https://doi.org/10.31840/sya.vi24.2423>

Poupeau, F., Razafimahefa, L., Robert, J., Mercier, D., Massardier, G., & Jacobi, P. (2018). *Water conflicts and hydrocracy in the Americas: Coalitions, networks, policies*. São Paulo: IEE-USP.

Sabatier, P. A., & Weible, C. M. (2007). The advocacy coalition framework: Innovations and clarifications. In P. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (2nd ed., pp. 189–222). Boulder, CO: Westview Press.

Santos, C. (2010). Agua en Uruguay: Lucha social y emergencia de nuevos esquemas de politización. *Theomai*, (22), 76–85.

Taks, J. (2008). El agua es de todos/Water for all. *Development*, 51(1), 17–22.

Trimble, M., Olivier, T., Anjos, L. A. P., Dias Tadeu, N., Giordano, G., Mac Donnell, L., Laura, R., Salvadores, F., Santana-Chaves, I. M., Torres, P., Pascual, M., Jacobi, P. R., Zurbriggen, C., Garrido, L., Jobbágy, E., & Pahl-Wostl, C. (2021). How do basin committees deal with water crises? Reflections for adaptive water governance from South America. *Ecology and Society*, 27(2), Article 42. <https://doi.org/10.5751/ES-13356-270242>.